

**Exmo. Senhor**

**Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e  
Ordenamento do Território**

**Assunto:** Requerimento de audição sobre Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) e incumprimento de metas

Portugal não tem conseguido cumprir as metas estabelecidas para a recolha e tratamento de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).

O desempenho alcançado ao nível deste fluxo específico é preocupante e os vários agentes envolvidos – autoridade nacional de resíduos, entidades gestoras, operadores de gestão de resíduos, associações de defesa do ambiente e do consumidor, produtores e distribuidores destes equipamentos, municípios e recicladores – têm trocado acusações referentes às causas subjacentes a este incumprimento generalizado. Regista-se, aliás, um elevado nível de conflituosidade e degradação funcional neste domínio, o que vem agravar a dificuldade em encontrar soluções que consigam envolver todos estes agentes.

A 10 de dezembro de 2020 foi publicado o Decreto-Lei 102-D, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852, publicado no Diário da República n.º 239/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-10.

Este diploma foi publicado após um curtíssimo período de consulta pública (apenas 15 dias) e sem que tenha havido uma verdadeira discussão dos problemas mais específicos do setor, como este referente aos REEE. Há, inclusivamente, a perspetiva de que este diploma irá perpetuar as situações de incumprimento e gerar maior confusão no setor, com enormes constrangimentos ao nível da transparência e regras de concorrência.

Os pedidos de Apreciação Parlamentar apresentados pelo PSD e pelo BE, conduziram à identificação de várias propostas de alteração ao Decreto-Lei nº 102-D, que serão discutidas na especialidade a partir do mês de abril de 2021. Neste âmbito considera-se oportuno realizar audições a vários agentes que poderão ajudar a

compreender em detalhe a realidade atual no domínio dos REEE e a enriquecer o processo de discussão. Por outro lado, os contributos desta reflexão poderão extravasar o âmbito da própria Apreciação Parlamentar e, eventualmente, sinalizar às autoridades nacionais em matéria de resíduos quais os caminhos a trilhar, para que, seja mais célere a convergência com as metas comunitárias que o País não está a cumprir.

Importa ainda referir que a Eletrão - Associação de Gestão de Resíduos e a ERP Portugal, a 15 de Fevereiro de 2021, dirigiram uma carta à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território com um conjunto de reflexões sobre o setor, colocando-se à disposição para serem ouvidos, salienta que *“Contrariamente ao que sucede na recente reformulação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020 nestas matérias, que vem ao arrepio do que é a tendência europeia, importa notar que o cumprimento das metas nacionais passa pelo reforço da responsabilidade e aclaramento da atuação individual destes diferentes agentes”*.

Também a Zero - associação de defesa do ambiente – manifestou a intenção de ser ouvida em sede de Comissão sobre este assunto. A Zero tem vindo a denunciar a gravidade da situação que se vive nos REEE e o seu comunicado de 14 de outubro de 2020 foi bastante contundente:

- *“Em 2018, apenas foram recolhidos 35% dos REEE quando a meta era de 45%, enquanto que em 2019 e 2020 a situação se agravou, com uma recolha no máximo de 26% e 31%, respetivamente, quando a meta já era de 65%. ...*
- *Estes dados dececionantes vêm dar razão aos continuados alertas de que o sistema de gestão deste importante fluxo de resíduos entrou em colapso. ...*
- *Esta situação é ainda mais preocupante dado que os REEE contêm diversas substâncias perigosas para a saúde e o ambiente. ...*
- *A responsabilidade principal por este fracasso pertence ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) que tem sistematicamente ignorado as inúmeras denúncias que a ZERO lhe tem apresentado sobre as graves situações que ocorrem neste setor”*.

A APOGER – Associação Portuguesa de Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores – tem também vindo a expressar um conjunto de posições muito críticas sobre o funcionamento neste subsector, dirigindo recentemente uma carta à Secretaria de Estado do Ambiente e à Secretaria de Estado do Comércio e Defesa do Consumidor (26 de março de 2021) onde salientava aspetos como:

- *Falta de clareza e transparência, nas informações fornecidas à APA, sobre o atingimento de metas de recolha e tratamento de REEE.*
- *Controlo e manipulação do mercado, pela constituição de empresa diretamente concorrente com os Operadores de Gestão de Resíduos privados*
- *Incumprimento das Diretivas Comunitárias.*
- *Exportação de REEE perigosos.*
- *Favorecimento das Entidades Gestoras.*

Também a AEPSA – Associação de Empresas para o Setor do Ambiente – tem contribuído para esta discussão, com informações relevantes, devendo por isso ser ouvida no mesmo âmbito.

Para além destas entidades, importa também ouvir a Autoridade Nacional de Resíduos e a CAGER - Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos.

Nesta audição parlamentar pretende-se perceber quais as principais causas e estrangulamentos subjacentes ao incumprimento de metas ao nível da recolha e tratamento de REEE, perceber o papel e contributo de cada interveniente, bem como identificar propostas para corrigir os problemas e melhorar o desempenho.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm solicitar a audição das seguintes entidades:

- Autoridade Nacional de Resíduos / Agência Portuguesa do Ambiente
- CAGER - Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
- Eletrão - Associação de Gestão de Resíduos
- ERP Portugal – Associação Gestora de Resíduos
- Weecycle – Associação de Produtores de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
- APOGER – Associação Portuguesa de Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores
- AEPSA – Associação Empresas Portuguesas para Setor do Ambiente
- Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Assembleia da República, 29 de Março de 2021

Os Deputados,  
Luís Leite Ramos  
Bruno Coimbra  
Hugo Martins de Carvalho  
Paulo Leitão  
Nuno Carvalho  
Hugo Oliveira  
João Moura  
Rui Cristina  
António Maló de Abreu  
António Lima Costa  
António Topa  
Filipa Roseta  
João Marques  
José Silvano  
Emídio Guerreiro  
Pedro Pinto